

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS RELATÓRIO ANUAL 2016

2016.2017

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA
SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório reporta-se ao primeiro ano de vigência do Plano de Gestão de Riscos (PGR) 2016-2017 do Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria) e Serviços de Ação Social (SAS). No final de 2016, a monitorização e gestão dos riscos de corrupção e infrações conexas conta com sete anos de atividade no universo IPLeia.

A estrutura do relatório procura evidenciar procedimentos gerais e específicos, bem como a avaliação de cada risco com base em princípios adotados internacionalmente, os quais são classificados em função da probabilidade da ocorrência e da gravidade da consequência.

MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS

Probabilidade de ocorrência \ Gravidade da consequência	Fraca	Normal	Forte
	Baixa	Reduzido	Reduzido
Média	Reduzido	Moderado	Elevado
Alta	Moderado	Elevado	Elevado

Fonte: adaptado de FERMA (2003)

Relativamente ao grau de execução, os resultados são organizados por níveis de risco, apresentados por áreas de intervenção e com indicação do número de respostas aos procedimentos por parte dos responsáveis nas unidades orgânicas e direções de serviços.

Às respostas compreendem três níveis de execução: “E” – significa que o procedimento foi executado; “PE” – significa que o procedimento foi parcialmente executado, estando em curso a sua conclusão; e “NE” – significa que o procedimento não foi executado, sendo que poderia ou deveria ter sido executado ou existem justificações para a sua não execução.

O relatório apresenta os resultados da monitorização do primeiro ano do biénio 2016-2017, tendo em consideração os seguintes pontos: (i) avaliação dos procedimentos de prevenção; (ii) grau de execução e evolução da implementação das medidas e análise das justificações para a não execução de medidas; (iii) recomendações e ajustamentos, bem como propostas de melhoria a considerar no segundo ano do biénio 2016/2017.

2. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

Neste ponto é feita a avaliação das medidas de prevenção dos riscos incluídos no Plano. Em termos gerais, considera-se que as medidas previstas foram corretas e adequadas, contribuindo para eliminar ou evitar os riscos identificados; a maioria das medidas encontra-se implementada ou numa fase adiantada de implementação, devendo, caso se mostre adequado, ser assegurada a sua continuidade e ou atualização.

A Comissão de Monitorização acompanhou a gestão de riscos e, em data pré-estabelecida, efetuou o questionário *online* para o controlo anual da gestão de riscos. A tabela seguinte apresenta a aplicação das medidas do PGR em 2016:

MEDIDAS GERAIS

Medidas adotadas	Execução		
	E	PE	NE
1) Transparência Cultura de transparência da gestão ao nível dos processos (via sistema de órgãos que privilegia a participação das pessoas) e da informação (divulgação e acesso).	×		
2) Presença on-line Permanência, na página web do IPEiria, de um espaço reservado à prevenção de riscos de gestão e de corrupção e infrações conexas.	×		
3) Divulgação Envio do PGR por correio eletrónico e de um link para declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos e escusa; conclusão do concurso para criação de spot.		×	
4) Formação Promoção de formação específica conexas com a prevenção de riscos e contabilidade pública no âmbito do SNC-AP. Promoção de ações de sensibilização / formação na área da ética e conflitos de interesses, nas suas variadas dimensões.	×		
5) Auditoria informática Conclusão da auditoria externa ao sistema informático DIGITALIS, para verificação da fiabilidade, designadamente face a ataques à sua segurança.	×		
6) Auditoria financeira Verificação anual pelo Gabinete de Auditoria e Controlo Interno, com reporte ao Conselho de Gestão, às recomendações da auditoria externa no âmbito do RJIES e da auditoria do Tribunal de Contas. Revisão de procedimentos tendo em conta os relatórios de auditoria que são divulgados, com vista à melhoria de processos.	×		
7) Controlo interno Atualização dos Manuais de Controlo Interno do IPEiria e SAS.		×	

MEDIDAS ESPECÍFICAS

Nível de risco ELEVADO (97)	Execução		
	E	PE	NE
Despesa (63)	49	11	3
Pessoal (10)	9	1	0
Receita (9)	8	1	0
Estudantes (1)	1	0	0
Património (14)	11	3	0

Nível de risco MODERADO (147)	Execução		
	E	PE	NE
Despesa (32)	29	2	1
Pessoal (28)	24	4	0
Receita (44)	37	6	1
Estudantes (36)	34	2	0
Património (7)	4	3	0

Nível de risco REDUZIDO (40)	Execução		
	E	PE	NE
Despesa (3)	3	0	0
Receita (1)	1	0	0
Estudantes (36)	29	7	0

Nota: Todas as medidas de verificação realizadas pelos serviços indicados no presente relatório são suportadas por prova documental, indicando o número da medida objeto de procedimento e o responsável pelo mesmo.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

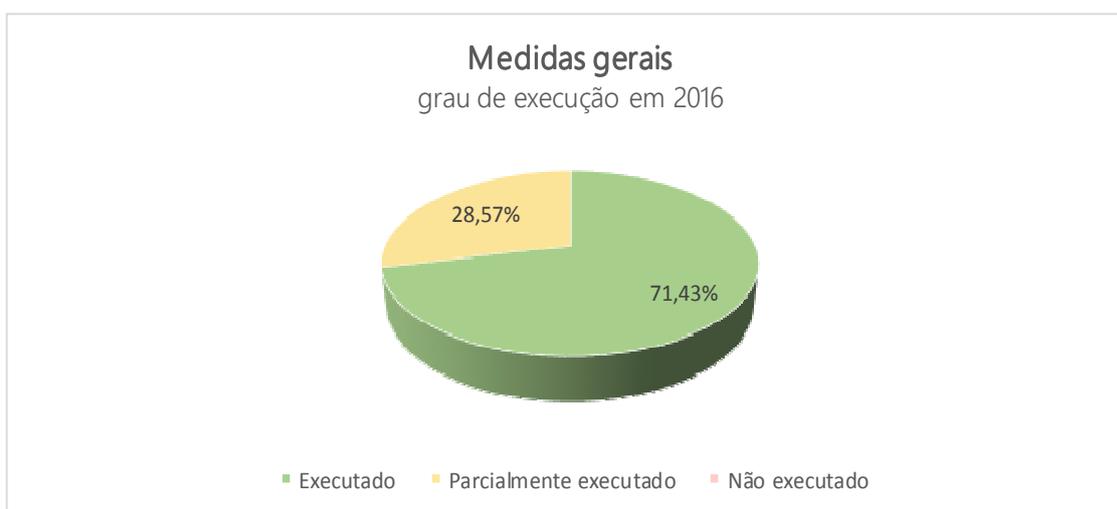
De acordo com as informações validadas, a Comissão de Monitorização está convicta de que a comunidade do IPEiria e SAS adotou o PGR como prática de gestão responsável.

A persistência de impedimentos pontuais no aumento das taxas de cumprimento de alguns procedimentos previstos deve-se, essencialmente, às dificuldades na alocação de recursos humanos e financeiros.

3.1. MEDIDAS GERAIS

A execução das medidas gerais apresenta a seguinte distribuição final:

- 71,43% - Executado.
- 28,57% - Parcialmente executado.
- 0% - Não executado.

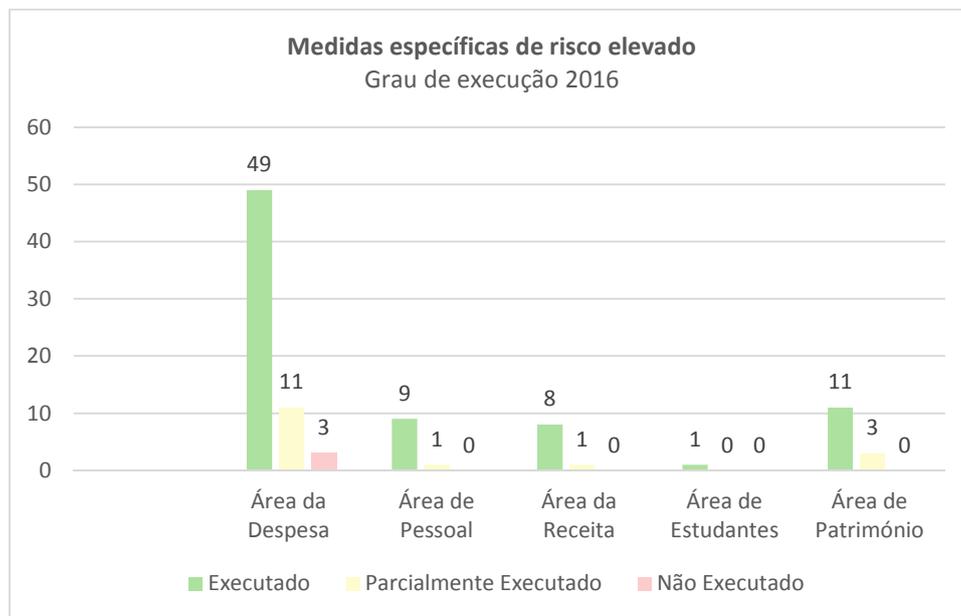


As medidas gerais que se encontram parcialmente executadas são:

- “Medida 3 – Divulgação”; o envio do PGR por correio eletrónico e a informação sobre o *link* para declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos e escusa foram executadas; o concurso para criação de *spot* encontra-se aprovado pelo Conselho de Gestão e foi solicitada à Direção de Serviços de Informática a produção gráfica, a elaboração de formulário informático de candidatura e a divulgação pública.
- “Medida 7 – Controlo Interno”; a atualização dos manuais de controlo interno do IPEiria e SAS encontra-se em curso, esperando-se a sua conclusão entre o final de 2017 e o início de 2018.

3.2. MEDIDAS ESPECÍFICAS – RISCO ELEVADO

Em 2016, a execução das medidas específicas com **nível de risco elevado** apresenta os seguintes resultados:

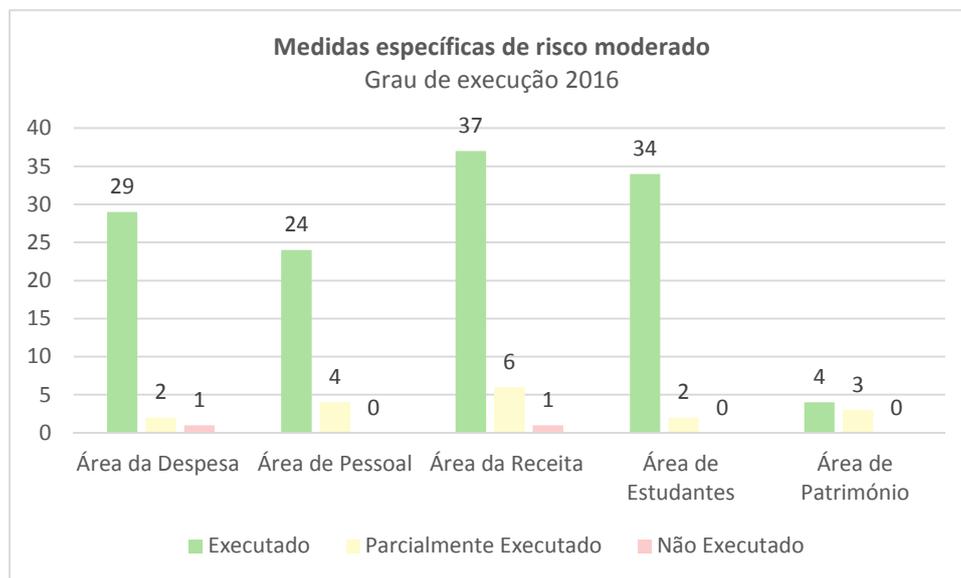


Existem 3 medidas não executadas, designadamente nos processos de aquisição de bens e serviços:

- (m 3.2) maior exigência na planificação das atividades com adequada antecedência; o setor de aprovisionamento trata diariamente de processos urgentes, em resultado da falta de planeamento em várias outras Unidades Orgânicas (UO)/Serviços.
- (m 3.4) adoção do módulo de gestão de stocks da aplicação Gestão Integrada Administrativa e Financeira - GIAF em todas as unidades orgânicas; o módulo de gestão de stocks não se encontra em utilização em três UO/Serviços, apesar de terem ocorrido algumas diligências preparatórias para a sua implementação em 2016.
- (m 3.6) avaliação do desempenho do fornecedor e da qualidade e satisfação do fornecimento, de forma aleatória nos processos de aquisição; esta medida foi executada em 7 UO/Serviços e não executada por 1 Serviço em virtude da falta de recursos.

3.3. MEDIDAS ESPECÍFICAS – RISCO MODERADO

Em 2016, a execução das medidas específicas com nível de risco moderado apresenta os seguintes resultados:

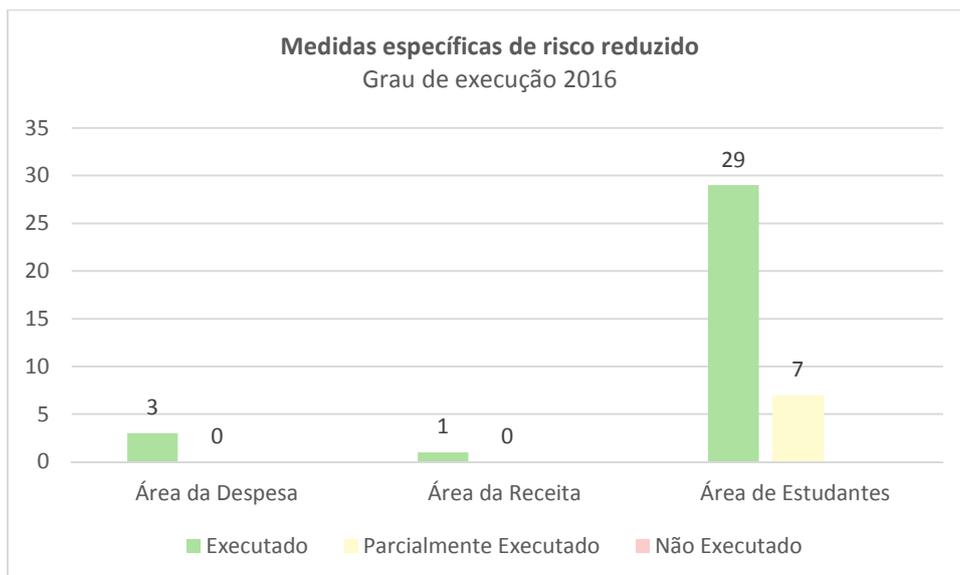


As 2 medidas por executar referem-se a:

- (m 5.1) Quando possível, determinação do preço base sem consulta do mercado e cruzamento posterior com a consulta ao mercado; este procedimento não foi efetuado uma vez que não é possível, na área de atuação dos Serviços de Documentação, a determinação do preço das obras ou os custos envolvidos quer na renovação de assinaturas de publicações periódicas quer em novas assinaturas, sem a consulta ao mercado.
- (m 20.1) Limitação informática da anulação de faturas; a limitação informática é de aplicação pelos serviços respetivos.

3.4. MEDIDAS ESPECÍFICAS – RISCO REDUZIDO

Em 2016, a execução das medidas específicas com nível de risco reduzido apresenta os seguintes resultados:



Em 2016 não existem medidas por executar; verificam-se 7 medidas parcialmente executadas, na área de Estudantes.

4. RECOMENDAÇÕES

A monitorização do PGR que decorreu no ano de 2016, e a sua consequente análise e avaliação, permite afirmar que, de uma forma geral, as medidas preventivas contempladas no Plano são adequadas para eliminar ou prevenir as situações de risco identificadas. Verifica-se que a grande maioria das medidas encontra-se executada ou em fase adiantada de execução. Todas as medidas não executadas foram justificadas.

Neste processo de monitorização, propõe-se ao Conselho de Gestão do IPLeiria a intensificação de esforços na execução de algumas medidas e a aprovação de alguns ajustamentos, designadamente:

- O reforço da divulgação do PGR para aumento da sua visibilidade e conhecimento, o que poderá beneficiar com o lançamento do concurso para criação de *spot*, entretanto aprovado pelo Conselho de Gestão.
- Adotar as recomendações das auditorias do Tribunal de Contas no sentido de atualizar o PGR 2016/2017 com a inclusão de cronograma de aplicação das medidas previstas.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO	2
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS	4
3.1. MEDIDAS GERAIS	4
3.2. MEDIDAS ESPECÍFICAS – RISCO ELEVADO	5
3.3. MEDIDAS ESPECÍFICAS – RISCO MODERADO	6
3.4. MEDIDAS ESPECÍFICAS – RISCO REDUZIDO	6
4. RECOMENDAÇÕES	8
ÍNDICE.....	9
FICHA TÉCNICA	10

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Relatório anual | 2016

(Monitorização do Plano de Gestão de Riscos do IPEiria e Serviços de Ação Social, 2016/2017)

COMISSÃO DE MONITORIZAÇÃO

Luís Lima Santos, Professor Coordenador, ESTM – IPEiria (Presidente)

Eugénia Maria Lucas Ribeiro, Administradora do IPEiria

Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho, Professor Adjunto, ESTG - IPEiria

Marta Henriques, Diretora de Serviços Administrativos Próprios da ESTG - IPEiria

Isabel Maria Paraíso Faria Lopes, Diretora da Direção dos Serviços Académicos

Filipe Miguel Diogo Neto, Técnico Superior, SAS - IPEiria

António José Simões, Técnico Superior, IPEiria